



MOVESCO[®]
Indústria de Móveis Escolares



AO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2016
PROCESSO Nº 23163.002240/2016-57

A empresa **MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA.**, estabelecida na BR 386, KM 342,5 nº 5876, bairro Bom Pastor, na cidade de Lajeado/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 93.234.789/0001-26, por sua representante legal infra-assinada, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar manifestação após vistas da documentação apresentada pela empresa **LUIS CESAR REIS-EPP**, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, contra a documentação apresentada pela, expondo e requerendo o quanto segue.

I – DOS FATOS

Constatou-se que a Recorrida apresentou, junto com os documentos de habilitação, Certificado de Conformidade do Inmetro para produto diverso daquele especificado no edital, ou seja, apresentou o Certificado nº 012.2016.CJA-01 para os modelos de carteira do FNDE- CJA-06, CJA-04, CJA-03 E CJA-01. O tubo utilizado para a fabricação do mobiliário FNDE é **seção oblonga de 29x58mm** e a Instituição em seu Edital no Anexo I- Termo de Referência está exigindo que a estrutura da CARTEIRA ESCOLAR seja em **tubo de aço 20x40mm retangular reforçado**.

Outro fato é que o produto apresentado pela empresa LUIS CESAR REIS-EPP, conforme certificado apresentado **NÃO** confere com as características exigidas no edital, ou seja, no descritivo do **ITEM 14** está mencionando que a



MOVESCO[®]
Indústria de Móveis Escolares



carteira tem que ser com **"ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO 20X40 MM REFORÇADO"** enquanto a empresa LUIS CESAR REIS- EPP, apresentou Certificado de outro produto cuja carteira possui **"SEÇÃO OBLONGA DE 29X58MM"**, estando em desacordo com o exigido no Edital, também quanto a fabricação do porta livros, no Edital, está sendo solicitado "1,5 mm de espessura com **GRADIL** porta livros" que é confeccionado em **ARMADO DE AÇO**, enquanto o produto ofertado pela Recorrida possui porta livros em **BANDEJA (PORTA LIVROS EM POLIPROPILENO)**.

Com base nos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, não pode a Instituição manter habilitada a empresa LUIS CESAR REIS-EPP, pois estará descumprindo com as regras previstas no processo licitatório.

II – DOS FUNDAMENTOS

Uma certificação compulsória é regulamentada por lei ou portaria de órgão regulamentador e prioriza as questões de segurança, saúde e meio ambiente. Assim, os produtos listados nas regulamentações apenas podem ser fabricados e comercializados com a comprovação de certificação, mediante apresentação do Certificado de Conformidade do produto.

A Avaliação de Conformidade é uma atividade de caráter compulsório, através de uma autoridade regulamentadora, por meio de um instrumento legal, quando se entende que o produto, processo ou serviço pode oferecer riscos à segurança do consumidor ou ao meio ambiente ou ainda, em alguns casos, quando o desempenho do produto, se inadequado, possa trazer prejuízos econômicos à sociedade.

Os programas de Avaliação da Conformidade compulsórios têm como documento de referência um regulamento técnico, de uso obrigatório. O regulamento técnico é estabelecido pelo Poder Público, podendo referenciar uma norma técnica, fato que torna compulsório seus critérios.



MOVESCO[®]
Indústria de Móveis Escolares



In casu, o Edital de licitação, lei entre as partes, menciona a exigência de Certificação de Conformidade do Inmetro para modelo especificado, conforme Portaria Inmetro nº 105/12. Ocorre que a Recorrida apresentou Certificado de outros modelos, com características diversas daquelas especificadas no edital.

Imprescindível esclarecer que discrepâncias entre o Certificado e os elementos do edital não podem prosperar, pois a constatação de atendimento às normas da ABNT NBR 14006/2008 comprova-se mediante a certificação do produto, por ser o meio garantidor de que este atende às exigências estabelecidas para mobiliários escolares – cadeiras e mesas individuais. OU SEJA, não pode o Certificado demonstrar avaliação de produto diverso daquele que está sendo licitado, nem pode a Administração aceitar Certificado de outro produto que não seja aquele descrito no Edital.

De acordo com o descritivo do edital, esta Instituição pretende adquirir a CARTEIRA ESCOLAR com a seguinte especificação, observe-se:

ITEM 14

CONJUNTO ESCOLAR FDE (estofado)

Cadeira:

- assento e encosto produzidos em compensado multilaminado anatômico com espessura mínima de 12mm;
- assento e encosto com espuma injetada de, no mínimo, 40mm, revestido em tecido 100% polipropileno na cor mesclada, verde escuro e preto;
- estrutura em tubo de aço 7/8" reforçado, com parede de, no mínimo, 1,2 mm de espessura, acabamento com sistema de tratamento químico (antiferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó na cor preta;
- ponteiros injetados internos;
- dimensões mínimas do assento (cm): 40x39 (L x P);
- altura mínima até o assento (cm): 42;
- altura total de, no mínimo, (cm): 77.

Carteira: - tampo e frontal produzidos em MDF de 15mm, revestido com laminado melamínico na cor ovo ou similar.

- estrutura em tubo de aço 20x40mm reforçado, com parede de, no mínimo, 1,5 mm de espessura com gradil porta livros, acabamento com sistema de tratamento químico (antiferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó na cor preta;
- ponteiros para fechamento dos topos dos tubos;
- dimensões mínimas do tampo (cm): 60x40 (L x P);
- altura total de, no mínimo (cm): 76;



MOVESCO®

Indústria de Móveis Escolares



- apresentar, junto com os documentos de habilitação, o certificado de conformidade do INMETRO para o modelo especificado da carteira, em nome do licitante;

Obs.: Montagem inclusa.

Vide abaixo imagem do produto que está sendo licitado pela INSTITUIÇÃO:



Por seu turno, a Recorrida apresentou Certificado para CARTEIRA com características e dimensões diversas do exigido no Edital:





MOVESCO®

Indústria de Móveis Escolares



Nota-se que em diligência junto à fabricante dos produtos é possível confirmar as diferenciações, por simples acuidade visual em relação ao Certificado exposto e o tamanho do mobiliário solicitado no Edital. A Recorrida apresentou o certificado nº 012.2016.CJA-01, concedido para os modelos "FDE-FNDE CJA-06, FDE-FNDE CJA 04, FDE-FNDE-CJA-03, FDE-FNDE-01 diferente das características do produto (tubo e gradil) que está sendo solicitado no ITEM 14.

A Recorrente fez a diligência junto ao site do Inmetro e verificou que a Recorrida apresentou Certificado do Inmetro de produto com característica diferente do exigido no item 14, não podendo cumprir desta forma com obrigação editalícias.

III – DO PEDIDO:

Isso posto, requer seja provido o presente recurso para efeito de **INABILITAÇÃO** da empresa **LUIS CESAR REIS-EPP** por **NÃO apresentar CERTIFICADO DO INMETRO para o modelo especificado no item 14**, procedendo-se com o exame da oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda todas as exigências do Edital.

Termos em que pede deferimento.

Lajeado/RS, 30 de dezembro de 2015.

Li sete
MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA.

LISETE L. REITER

93.234.789/0001-26

**MOVESCO IND. E COM. DE MÓVEIS
ESCOLARES LTDA.**

**BR 386 - KM 341 - Nº 5876
BOM PASTOR - CEP 95.900-000
LAJEADO - RS**

STS - ESCRITÓRIO CONTÁBIL

De: Sirlei Teresinha Scheeren

CPF: 664.785.880.68

CRC/RS - 71.176

Rua Julio de Castilhos, 185, Centro, 95880-000, Estrela, RS

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 14

**MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA.**

CNPJ: 93.234.789/0001-26

Rod. BR 386, n.º 5876 Km 341

Bairro Bom Pastor

Lajeado - RS

WILMAR ALFREDO REITER, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua Piauí, n.º 1100, Bairro Alto do Parque, Município de Lajeado, RS, natural de Lajeado, RS, nascido em 23 de fevereiro de 1960, filho de Romaldo Silmar Reiter e de Natalina Reiter, portador da CI, sob n.º 7014083096, emitida pela SS.P./RS, em 10/08/1978 e do CPF sob n.º 298 998 420 87, e,

LISETE LEINDECKER REITER, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na Rua Piauí, n.º 1100, Bairro Alto do Parque, no Município de Lajeado, RS, natural de Estrela, RS, nascida em 08 de fevereiro de 1962, filha de Aury Leindecker e de Lolita Leonhard Leindecker, portadora da CI, sob n.º 1016689026, emitida pela SS.P./RS em 22/07/1991, e do CPF sob n.º 368 476 580 53,

Sócios componentes da sociedade mercantil por quotas de responsabilidades limitada, que gira sob a razão social "MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA.", estabelecida na Rod. BR 386, n.º 5876, Km 341, Bairro Bom Pastor, na Cidade de Lajeado, RS, cadastrada no CNPJ sob n.º 93.234.789/0001-26, cujo contrato social foi arquivado na MM Junta Comercial do estado em 02/01/1990, sob n.º 43201842870, e com (13) treze alterações contratuais também devidamente arquivada nesta citada Junta sendo a última no dia 07/01/2011, sob n.º 3410139, abaixo assinados, tem justo e deliberados entre si alterar o contrato social vigente, o que fazem por este meio, como a seguir se vê.

01ª ATIVIDADE, a sociedade a partir de 01 de outubro de 2014, terá por finalidades a industrialização e a comercialização de móveis escolares, artigos do mobiliário em geral, comércio de equipamentos cinematográficos, data show, retroprojetores, televisores, aparelhos de som, ventiladores, aparelhos de ar condicionados, fogões, geladeiras, freezer domésticos e industriais, batedeiras, liquidificadores, bebedouros, espremedores de frutas, mimeógrafos, equipamentos e suprimentos de informática, colchões, colchonetes, berços, estantes, armários, arquivos e armários de aço, bem como serviços de mão de obra em mobiliário, reparação e conservação, transporte rodoviário de cargas, importação de equipamentos cinematográficos e audiovisuais, exportação de móveis escolares e mobiliários em geral, indústria e comércio de brinquedos, jogos infantis e educativos, playground,

02ª AUMENTO DE CAPITAL, o capital da sociedade que é de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), a partir de 01 de outubro de 2014 passará a ser de R\$ 1.000.000,00 (um Milão de reais), dividido em 1.000.000 quotas de R\$ 1,00 (um real) todas as quotas, totalmente integralizada, neste ato em moeda corrente nacional do País, e ficará subscrito entre os sócios, da seguinte forma:

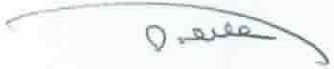
WILMAR ALFREDO REITER50%

Seu Capital anterior...R\$ 350.000,00

Em lucros acumulados...R\$ 150.000,00

Total da sua quota..... R\$ 500.000,00

 Segue ...



LISETE LEINDECKER REITER50%
Seu Capital anterior...R\$ 350.000,00
Em lucros acumulados...R\$ 150.000,00
Total da sua quota..... R\$ 500.000,00

03ª RESPONSABILIDADE SOCIAL, a responsabilidade dos sócios continua restrita a cada sócio ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

04º EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO - LUCROS, o balanço da sociedade será formado no dia 31 de dezembro de cada ano, feito as necessárias amortizações, criações de fundos especiais e constituídas as reservas. Sendo que se houver necessidade poderão ser impressos balancetes mensais, e sendo assim os lucros ou prejuízos apurados poderão vir a serem distribuídos mensalmente, na proporção das suas respectivas quotas sociais.

05ª DISPOSIÇÕES GERAIS, continuam em pleno vigor as disposições gerais do Contrato Social por este instrumento.

06º CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL, atendo as necessidades da empresa, de comum acordo entre os sócios quotistas resolvem consolidar o contrato social e as demais alterações, com vigência desta data.

I - A sociedade gira sob a razão social " MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA. "

II - O prazo de duração é indeterminado e o início de atividades se deu em 01 de outubro de 1989.

III - A sociedade tem sua sede e estabelecimento na Rod. BR 386, Km 341, n.º 5876, Bairro Bom Pastor, na Cidade de Lajeado, RS, e o foro jurídico na Comarca de Lajeado - RS.

IV - A sociedade tem por finalidades a industrialização e a comercialização de móveis escolares, artigos do mobiliário em geral, comércio de equipamentos cinematográficos, data show, retroprojetores, televisores, aparelhos de som, ventiladores, aparelhos de ar condicionados, fogões, geladeiras, freezer domésticos e industriais, batedeiras, liquidificadores, bebedouros, espremedores de frutas, mimeógrafos, equipamentos e suprimentos de informática, colchões, colchonetes, berço, estantes, armários, arquivos e armários de aço, bem como serviços de mão de obra em mobiliário, reparação e conservação, transporte rodoviário de cargas, importação de equipamentos cinematográficos e audiovisuais, exportação de móveis escolares e mobiliários em geral, indústria e comércio de brinquedos, jogos infantis e educativos, playground.

V - O capital social e de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) totalmente integralizado e esta assim distribuído entre os sócios:

WILMAR ALFREDO REITER ...50% ...R\$ 500.000,00
LISETE LEINDECKER REITER ...50% ...R\$ 500.000,00

VI - A responsabilidade dos sócios continua restrita a cada sócio ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

VII - As quotas sociais não poderão ser cindidas ou transferidas, parte ou integralmente a outro, sem que haja concordância expressa de todos os sócios, e a estes será assegurada a primazia da compra ou cessão.

VIII - A deliberação dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pela administração.


§ 1º - Através de correspondência com Aviso de Recebimento, com antecedência mínima de 10(dez) dias entre o recebimento e a data da assembléia.

§ 2º - Caso alguns dos sócios esteja em local incerto e não sabido, além da correspondência com Aviso de Recebimento, a convocação deverá ser feita através de edital, publicado ao menos duas vezes em jornal de circulação da sede da sociedade, devendo mediar entre a data da inserção e a realização da assembléia, o prazo mínimo de 08 (oito) dias para a primeira convocação, e de 05 (cinco) dias para as posteriores.

§ 3º - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto do dia.

Segue ...



§ 5º - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticidade pelos administradores, ou pela mesa, será, apresentada para o Registro Público de Empresas Mercantis, para o arquivamento e averbação.

§ 6º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em Segunda, com qualquer número.

IX - A administração da sociedade e a sua representação cabem aos sócios WILMAR ALFREDO REITER e LISETE LEINDECKER REITER, acima qualificados com amplos e gerais poderes para administrar, dirigir e representar a sociedade, em juízo ou fora dele, tanto ativa como passivamente, em conjunto ou separadamente.

Parágrafo 1º - CAUÇÃO - Os sócios administradores ficam dispensados de prestar caução.

Parágrafo 2º - LIMITAÇÕES - Aos administradores é vedado vincular a sociedade, quaisquer transações ou operações estranhas ao objetivo social, inclusive prestar fiança e efetuar endosso, avais ou aceites de favor, em benefício de terceiros.

Parágrafo 3º - PODERES ESPECIAIS - Aos sócios será atribuídos, desde logo, poderes para contratar empréstimos, com estabelecimentos de créditos, para financiamento das atividades sociais, podendo dar em garantia hipotecária ou pignoratícia, qualquer bem imóvel ou móvel, do patrimônio social.

Parágrafo 4º - REMUNERAÇÃO - Aos administradores será fixado um pró-labore de acordo com as leis vigentes.

X - O balanço da sociedade será formado no dia 31 de dezembro de cada ano, feito as necessárias amortizações, criações de fundos especiais e constituídas as reservas. Sendo que se houver necessidade poderão ser impressos balancetes mensais, e sendo assim os lucros ou prejuízos apurados poderão vir a serem distribuídos mensalmente, na proporção das suas respectivas quotas sociais.

XI - O quotista que desejar se retirar da sociedade poderá fazê-lo a qualquer tempo mediante aviso prévio de dois (2) meses, que será dado aos demais sócios, por escrito, sem que isto importe na dissolução da sociedade, e os haveres restantes serão apurados, com base no balanço mais recente, e pagos pela forma prevista nos itens XII e XIV deste instrumento.

XII - a morte, interdição ou insolvência de qualquer dos sócios não acontecerá à dissolução da sociedade a qual continuará a existir com o quotista remanescente, juntamente com o representante legal do sócio falecido, interditado ou insolvente, se assim convier aos herdeiros.

§ 1º - Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º - Após o levantamento do balanço social, o sócio remanescente terá o prazo previsto no § 3º do XV, (logo abaixo), para pagar os direitos do sócio, morto, interditado ou que tenha sido declarado insolvente, excluindo - o da sociedade, e promovendo a devida alteração contratual para a constituição da nova sociedade.

§ 3º - Não havendo interesse na sociedade, esta será dissolvida, recebendo os herdeiros a parte do falecido.


XIII - Os haveres do sócio falecido ou incapacitado apurados com base no balanço especial que será formado no prazo de trinta (30) dias, a contar da data do evento, salvo se o último balanço ordinário não ocorreu há mais de noventa (90) dias, caso em que será efetuado o pagamento então, com base nesses valores.

XIV - O pagamento dos haveres do sócio retirante, impossibilitado, ou falecido, será feito em (10) dez parcelas mensais, a primeira (1ª) prestação será paga nos sessenta (60) dias seguintes à data do evento ou término do aviso, simultaneamente com a assinatura da alteração contratual respectiva, e será de valor correspondente a 15% (quinze por cento) do montante devido, a parte restante será dividida em nove (9) parcelas mensais, de valores iguais, representados por igual número de notas promissórias, emitidas pela sociedade, com vencimentos mensais e sucessivos a partir do pagamento da primeira (1ª) prestação, vencendo ainda juros de 12% (doze por cento) ao ano, sobre o saldo devedor.

XV - Em caso de dissolução da sociedade, os sócios designarão um ou mais liquidantes, podendo ser quotista ou não, fixando-lhes a forma de liquidação, os poderes e a remuneração, pode o sócio ser excluído, quando o sócio, representando mais da metade do capital social, entender que o outro está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configuram justa causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Segue 



§ 3º - No caso de retirada, morte, exclusão de sócio ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 4º - Pode o sócio remanescente suprir o valor da quota.

XVI - Realizado o ativo e solvido o passivo o saldo verificado será dividido entre os sócios, na proporção das suas quotas de capital integralizado.

XVII - A representação perante o Ministério da Fazenda cabe aos quotistas WILMAR ALFREDO REITER e LISETE LEINDECKER REITER.

XVIII - Os casos omissos neste instrumento regular-se-ão pelas normas gerais da legislação vigente.

XIX - declaram os administradores que não estão impedidos por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, à fé ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

XX - Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores;
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e a destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) o pedido de concordata.

§ 1º - As deliberações dos sócios serão tomadas:

- I - pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";
- II - pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "h";
- III - pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2º - As deliberações tomadas de conformidade em o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

E, assim se acham justo e acertados entre si, ratifica e assinam este documento em quatro vias (4) de igual teor e forma, destinado a (1ª) via para o competente arquivamento na MM Junta Comercial do estado e as demais vias para uso da sociedade e dos sócios.

Lajeado, RS, 01 de outubro de 2014.


WILMAR ALFREDO REITER


LISETE LEINDECKER REITER

TABELIONATO DE NOTAS DE LAJEADO

Rua Alberto Torres, 555 - CEP 95900-000 - Lajeado-RS - Fone: (51) 3714-1744

Wilson Klein - Tabelião

Reconheço como AUTÊNTICAS as firmas de Lisete Leindecker Reiter e Wilmar Alfredo Reiter, indicadas com a seguinte Dou fé.

Lajeado, 21 de outubro de 2014

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Canisio Lange - Escrevente

Emol: R\$ 10,20 0357.01.1400007.48027 a 48028

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MOVESCO – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 93.234.789/0001-26, estabelecida à rodovia BR 386 Km 341,5 nº 5876, Bairro Bom Pastor, na cidade de Lajeado/RS, representada por sua Sócia-Proprietária, Sra. LISETE LEINDECKER REITER, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob nº 368.476.580-53, RG nº 1016689026, residente e domiciliada à Rua Piauí, nº 1100, Bairro Alto do Parque, na cidade de Lajeado/RS.

OUTORGADO: VANDERLÉIA HIRT SCHORR, brasileira, casada, auxiliar administrativo, inscrita no CPF sob nº 916.607.260-34, RG nº 4053670503, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, n. 816/402, Bairro Americano, na cidade de Lajeado/RS.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato e na melhor forma de direito, o outorgante nomeia e constitui, o outorgado, seu bastante procurador, com poderes especiais para participar de licitações em todas as modalidades, inclusive pregão presencial e eletrônico, podendo para tanto assinar procurações, declarações, propostas, interpor impugnações, vistorias, recursos, desistir, receber intimações, notificações, ofertar lances, acordar, transigir, podendo substabelecer estes poderes.

Lajeado/RS, 16 de abril de 2014.

TABELIONATO
KLEIN


LISETE LEINDECKER REITER
Sócia-Proprietária

TABELIONATO DE NOTAS DE LAJEADO

Rua Alberto Torres, 555 - CEP 95900-000 - Lajeado-RS - Fone: (51) 3714-1744
Wilson Klein - Tabelião

Reconheço como AUTÊNTICA a firma de Lisete Leindecker Reiter, indicada com a seta. Dou fé.

Lajeado, 17 de abril de 2014




EM TESTEMUNHO DA VERDADE


Canisio Lange - Escrevente

Eml: R\$ 5,10 0357 01.1300010.85895



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



 Polegar Direito


Assinatura do Titular: 

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CLASIFICACION DE NOTAS DE LAJEADO

Rua Alberto Torres, 555 - CEP 95900-000 - Lajeado-RS - Fone: (51) 37141744
Wilson Klein - Tabelião

Wilson Klein - Tabelaio

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica, extraída por terceiros, a qual confere
com o original ora apresentado. Dou fé.

Lajeado, 11 de maio de 2015

Henrique Vivian -
E-mail - R\$ 3 60 0357 01.1500003 10936